

**7º Simpósio de Ensino de Graduação****A RELAÇÃO CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL****Autor(es)**

KARINA GASPARIN

Orientador(es)

AURORA JOLY PENNA MARIOTTI

1. Introdução

Ao mencionamos Educação Infantil, ainda se tem em mente a idéia de um ambiente acolhedor, que oferece cuidados e assistência às crianças cujos pais e/ou responsáveis precisam trabalhar e contam com estes espaços para garantir o cuidado de seus filhos durante a maior parte do dia. Porém, a Educação Infantil vai além desta concepção assistencialista – herdada desde a metade do século XIX, com o surgimento das primeiras instituições de resguardo de crianças.

Nessa perspectiva, o atendimento oferecido a estas crianças era visto como “um favor oferecido” e assim, como tomada estratégica para solucionar problemas ligados à sobrevivência destas. No decorrer da história do país e, durante muito tempo, a abordagem assistencialista, com foco no cuidado, bem estar e higiene das crianças, constituía as principais funções das Instituições Infantis no Brasil. (RCNEI, 1998)

A Educação Infantil tem-se expandido, sua consolidação tem sido sinalizada a partir do reconhecimento de sua importância pelas políticas públicas, com a criação de documentos e leis de diretrizes e bases, que fundamentam e definem parâmetros para esta etapa da formação do ser humano que, mesmo não sendo obrigatória, passou a ser direito da criança e uma conquista social.

Aos poucos, em decorrência da ampliação dos debates em torno dos espaços destinados ao atendimento das crianças e suas respectivas funções, a partir de movimentos sociais, na década de 1970, as instituições passam a ser pensadas como um espaço de educação para as crianças. (ABRAMOWICZ e WAJSKOP, 1999)

Embora a discussão quanto às funções e atribuições das Instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) ocorra há muitos anos, o debate sobre estas concepções continua atual e complexo. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 29, define a Educação Infantil como: “*primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade*”. (LDB, 1996)

Não obstante, o Parecer da CNE/CEB 18/2005, na Lei nº 11.114/2005, “torna obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental, pelas alterações dos Arts. 6º, 32 e 87 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)”, ampliando para 9 (nove) anos a etapa de escolarização obrigatória. Deste modo, as escolas de Educação Infantil passam a atender “crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade, sendo Creche até 3 (três) anos de idade e Pré-escolas para 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade”. (Resolução CNE/CEB nº 3/2005).

Com base nos dados apresentados acerca do surgimento e consolidação das instituições de Educação Infantil no Brasil e tendo em vista a inerente mudança de olhares com relação ao trabalho exercido por estas, podemos constatar que no decorrer da história, a visão assistencialista destas instituições foi sendo substituída por novos conceitos, novas perspectivas e, a este sistema educacional, novas funções foram sendo atribuídas.

2. Objetivos

O que se pretende com este estudo é tecer algumas reflexões acerca do exercício das funções docente das instituições de educação infantil, no que se refere ao Cuidar e ao Educar - denominadas funções básicas no cotidiano das creches - dada a complexidade da relação entre estas práticas, principalmente quando se trata de crianças menores, na faixa etária entre 0 e 3 anos de idade.

3. Desenvolvimento

O cuidar e o educar como funções básicas da Educação Infantil

Como todo o ser humano, a criança está inserida em um contexto histórico e social e sofre influências culturais da sociedade na qual se desenvolve, ao mesmo tempo em que exerce influência sobre a mesma. De acordo com Kuhlmann (2004) “as crianças participam das relações sociais (...), apropriam-se de valores e comportamentos próprios de seu tempo e lugar, porque as relações sociais são parte integrante de suas vidas e de seu desenvolvimento”. (p. 31)

De acordo com Oliveira (2007) a educação de crianças pequenas vem ganhando importante dimensão na sociedade atual, que cada vez mais, considera as crianças como seres “curiosos e ativos, com direitos e necessidades”. A autora destaca ainda que esta concepção, “rompe com a tradição assistencialista historicamente presente na constituição da área, em particular quando se trata do atendimento feito a crianças oriundas de famílias de baixa renda”. (OLIVEIRA in Pátio, 2007:15)

Deste modo, a Educação Infantil assume o papel de grande responsabilidade social, quando passa a ser considerada fundamentalmente importante para o desenvolvimento integral da criança - em seus aspectos físico, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais (RCNEI, 1998).

O estudo prossegue com a definição dos conceitos de educar e cuidar, com base em alguns levantamentos teóricos, a fim de esclarecê-los, antes mesmo de relacioná-los no âmbito escolar.

Cuidar

No contexto da Educação Infantil, podemos pensar o termo ‘cuidar’ num sentido mais amplo, como um ato de valorização da criança, de modo a contribuir em seu desenvolvimento como ser humano, em suas capacidades, identificando e correspondendo às suas necessidades essenciais, ligadas à questão da alimentação, higiene, saúde, vestuário, pelos quais todos os seres humanos estão subjugados. Isso inclui o interesse pelo que a criança sente e pensa, com relação ao mundo e com relação a ela mesma. (RCNEI, 1998:25)

Conforme assinalado no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil “cuidar da criança é, sobretudo, dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades”. (RCNEI, 1998:25)

Trata-se da criação de um vínculo entre crianças e professores, entre quem cuida e quem é cuidado. E acima de tudo, proporcionar momentos para considerar o desenvolvimento das capacidades e habilidades da criança, na expectativa de que esta se torne cada vez mais independente, mais autônoma. (RCNEI, 1998)

Deste modo, pensar o cuidar apenas como forma de ‘garantir’ a sobrevivência do ser humano é desvalorizar a ação, fundamentalmente mais ampla e significativa, que envolve este ato. Ainda que o bebê – citando a faixa etária de berçário – necessite da intervenção direta do adulto próximo, e dele receba a atenção e o desvelo necessário, não podemos deixar de considerar a possibilidade da construção de um vínculo mais próximo entre os sujeitos nesta ação.

O desenvolvimento integral depende dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso e conhecimento variados. (RCNEI, 1998:24)

Em outras palavras, é através desta relação, deste vínculo entre o adulto e a criança, que se torna possível que o professor atenda-se e identifique as necessidades sentidas e expressas por esta (através do choro, por exemplo), mas, que deste mesmo modo, a criança tenha ainda condições de se desenvolver e ampliar suas habilidades e aos poucos, vá tomando consciência de sua capacidade em busca da autonomia, tornando-se cada vez mais independente. (RCNEI, 1998)

Até o presente momento, apresentamos as reflexões acerca do conceito de cuidar. Seguiremos com nosso estudo, refletindo acerca do conceito de educar, partindo da definição deste termo, a fim de esclarecer as ações que envolvem esta prática.

Educar

Partindo do pressuposto de que somos seres inacabados e que estamos em constante processo de aprendizagem durante toda nossa existência (FREIRE, 1996) faz-se necessário que no processo de construção do saber, a criança tenha acesso a situações diversificadas e significativas no que diz respeito ao desenvolvimento de suas habilidades cognitivas psicomotoras e sócio-afetivas.

É nesta perspectiva que se fundamenta o ato de educar nas escolas de Educação Infantil e deste modo, ao pautar este estudo nos

documentos da legislação nacional – Constituição de 1988 e LDB lei 9.394/96 – é possível constatar que o conceito de educar está intrinsecamente ligado à prática docente, no que se refere ao sistema educacional. Com relação à primeira etapa da Educação Básica, denominada na atual LDB como Educação Infantil, o documento aborda a educação com a finalidade de desenvolver o educando em sua formação pessoal e social, para o exercício da cidadania.

Conforme apresentado no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, educar significa:

(...) propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (RCNEI, 1998:23)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei 8.069 Julho de 1990, em seu art. 58 - Cap. IV apresenta a seguinte disposição com relação ao ato de educar: “no processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura”. (ECA,1990)

4. Resultado e Discussão

A partir da análise dos pontos descritos acima, pode-se discutir quão importante se torna a educação na primeira fase da vida da criança, pois é a partir desta que o indivíduo tem a oportunidade de se desenvolver como ser humano e de compreender-se como sujeito dotado da capacidade de construir seus conceitos e desenvolver suas habilidades e perceber-se parte integrante do meio social ao qual está inserido.

O debate acerca da relação do Cuidar e Educar nas instituições infantis torna-se cada vez mais relevante no decorrer da história do país. No ano de 2006, o documento da Política Nacional para a Educação Infantil – pelo direito às crianças de 0 a 6 anos à educação – apresenta como definição:

A inclusão da creche no capítulo da educação explicita a função eminentemente educativa desta, da qual é parte intrínseca a função de cuidar. Essa inclusão constituiu um ganho, sem precedentes, na história da Educação Infantil em nosso país. (PNEI, 2006:9)

Neste sentido, o ato de educar não exclui a função de cuidado, pelo contrário. A articulação de ambas as práticas, estruturam o fazer pedagógico nas escolas de educação Infantil, contribuindo para a formação das crianças em seu processo de construção de conhecimento, levando sempre em consideração, o bem estar desta no âmbito escolar.

Considerando as Diretrizes da Política Nacional de Educação Infantil (2006:17), “a Educação Infantil deve pautar-se pela indissociabilidade entre o cuidado e a educação”. Sendo assim, a legislação nacional esclarece em seus documentos (como os citados no decorrer deste estudo) que não há educação sem cuidado e esta articulação deve ser a espinha dorsal do trabalho pedagógico nas escolas de educação infantil, para que deste modo, possibilitem em seus procedimentos da prática educativa, ações condizentes com as necessidades de desenvolvimento físico, intelectual e social das crianças.

Deste modo, pensar os aspectos inerentes à educação infantil como a saúde, segurança o afeto e a alimentação, bem como a interação, estimulação, brincadeira, entre outros, requer constituir as ações de cuidado e educação de forma dinâmica, para que se perceba a relação constante entre tais funções básicas da educação Infantil.

Sendo assim, o atendimento das crianças nas escolas de educação infantil, não deve limitar-se apenas aos cuidados físicos, necessários, porém não absolutos, mas ir além ao abranger a necessidade de se criar um ambiente que proporcione, concomitantemente ao cuidar, oportunidades de exploração e construção de conceitos referentes ao mundo em que a criança faz parte, e que dele é sujeito. (OLIVEIRA in Pátio, 2007:15)

5. Considerações Finais

Para finalização deste estudo, propõe-se pensar as instituições infantis em seu principal objetivo: "o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social" (LDB, 9.394/96 – art. 29), ou seja, além dos cuidados físicos, a educação infantil destina-se a proporcionar condições para o desenvolvimento cognitivo – simbólico, emocional e de relação social da criança.

Sendo assim, é nesta perspectiva de constante articulação entre cuidado e educação, que ocorrem simultaneamente os processos de construção de conhecimento, compreensão de mundo e de si mesma, desenvolvendo as capacidades e habilidades da criança, de acordo com suas necessidades.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOWICZ, Anete e WAJSKOP, Gisela. **Creches – atividades para crianças de 0 a 6 anos**. 2ªed. - São Paulo: Moderna, 1999.
- BRASIL, **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol. 1: Introdução.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação**. Brasília:2006.
- ECA – **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei 8.069 de 13de Julho de 1990.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa** Ed. Paz e Terra. Col. Saberes, 36ª Ed. 1996.
- KRAMER, Sônia. **Infância e Educação Infantil**. 2ª Ed. – Campinas, SP:Papirus, 1999. (Col. Prática Pedagógica).
- KUHLMANN, Jr. **Infância e educação: uma abordagem histórica**. Porto Alegre:Mediação, 1998.
- LDBEN – **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**. Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996.
- PÁTIO. **Como definir uma Pedagogia que oriente o trabalho em creche**, Zilma R. de Oliveira. Ano 5, nº 13, Mar/Jun de 2007.
- PARECER Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica 18/2005. Lei 11.114/2005. Brasil. Ministério